

A IMPRENSA BRASILEIRA E A EPIDEMIA DIAGNÓSTICA: AVALIAÇÃO DA COBERTURA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Edilene Sanchez (1); Guillermo Gumucio (1); Cristina Schmidt (4)

(1) (4) Universidade de Mogi das Cruzes (Mogi das Cruzes, SP): edilene.sanchez@hotmail.com;
guillermogumucio@umc.br; cris_schmidt@uol.com.br

Resumo: Na atualidade, há preocupação justificada com a quantidade de diagnósticos envolvendo o TEA (transtorno do espectro autista), principalmente em crianças e adolescentes. A estimativa é de que uma em cada 160 crianças apresentem TEA (WHO, 2017). Em caráter interdisciplinar fundamentado nos preceitos de *accountability* da imprensa e meios de comunicação (CANELA, 2008; CASTELLS, 2015) e em conformidade com a literatura recente sobre transtornos mentais baseada no DSM-5, buscamos analisar como se dá a abordagem do TEA como pauta jornalística em determinados veículos de expressão no país. Considerando a pesquisa dos autores em três revistas de circulação nacional (*Veja*; *Istoé*; e *Época*) no período que compreende todo o ano de 2016 e os quatro primeiros meses de 2017, em um primeiro momento trazemos um panorama da cobertura de tais meios de imprensa a respeito o TEA, com o devido cotejamento das abordagens e diálogos realizados. Após busca no website *Movimento Todos Pela Educação*, especializado em *clipping* sobre essa área em particular, tentamos avaliar se a cobertura jornalística no Brasil colabora no sentido de informar a respeito do transtorno e colocar em pauta o cuidado necessário a um diagnóstico envolvendo o TEA ou, do contrário, ajuda a nublar o escopo diagnóstico sem observância do DSM-5, ratifica estigma(s) impreciso(s) e/ou informa erroneamente por motivo de desatualização ou de outro modo. Por conseguinte, a análise da cobertura se faz pertinente no diálogo com a preocupação supracitada no que tange a eventual existência de uma epidemia diagnóstica envolvendo o transtorno do espectro autista e suas implicações na saúde infantil.

Palavras-chave: epidemia diagnóstica, saúde infantil, *accountability*, transtorno do espectro autista, inclusão.

Introdução

Este estudo tem por objetivo demonstrar como a mídia tem abordado a Síndrome do Espectro Autista entre os anos de 2016 e primeiro semestre de 2017, principalmente, se os diagnósticos têm sido amplamente estudados antes do veredito final para a doença, bem como, se a mídia tem informado acerca do transtorno ou se tem repetido a desinformação que o estigma traz com a doença. Na década de 1940, o médico Kanner foi o precursor dos estudos sobre esse transtorno. A partir de então, os avanços sobre o autismo aumentaram consideravelmente.

O transtorno autista consiste na presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo.

Desde 1980, no campo psiquiátrico, o autismo deixou de ser incluído entre as “psicoses infantis” e passou a ser considerado um “transtorno invasivo do desenvolvimento”

(TID) (BRASIL, 2015b). Nas classificações mais difundidas – a CID-10, da Organização Mundial da Saúde (1992), e o DSM-IV, da Associação Psiquiátrica Americana (1994) –, são descritos, além do autismo, a síndrome de Asperger, o transtorno desintegrativo, a síndrome de Rett e os quadros atípicos ou sem outra especificação. Na quinta versão do DSM (DSM-V), lançada em 2013, a denominação utilizada passou a ser “transtornos do espectro do autismo”, localizados no grupo dos “transtornos do neurodesenvolvimento”.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, uma em cada 160 crianças apresentam TEA (WHO, 2017). Nos Estados Unidos da América, o fenômeno da epidemia diagnóstica de TEA, TDAH e transtorno bipolar já conta com diversos estudos relacionados, e a grande imprensa naquele país, inclusive, se preocupou em demonstrar as consequências das mudanças antecipadas pela publicação do DMS-5 (CAREY, 2012).

Conforme destacam Merten *et al* (2017), maior consciência a respeito de transtornos mentais, diagnósticos mais precisos e identificação aprimorada dos transtornos, e mudanças nos critérios diagnósticos em observância às alterações no DSM são os três principais fatores que explicam o fenômeno do aumento no número de diagnósticos de TEA (e também de transtorno do déficit de atenção com hiperatividade). Não obstante, o fato de o diagnóstico de TEA se basear em sentimentos declarados e comportamentos declarados e/ou observados com o devido cotejamento com o DSM e/ou CID vigentes também configura diferença bastante relevante no comparativo com o diagnóstico de males somáticos (MERTEN *et al*, 2017).

Até o DSM-5, o autismo era abarcado pelo diagnóstico de Transtornos Globais do Desenvolvimento, juntamente com o transtorno desintegrativo da infância e as síndromes de Asperger e Rett. No DSM-5, todos esses transtornos foram incluídos no diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. A mudança, segundo a Associação Americana de Psiquiatria, foi no sentido de desburocratizar o diagnóstico (*i.e.*, tecer uma divisão apenas quando houver vantagem diagnóstica ou terapêutica) e otimizar o processo diagnóstico visando à tomada de decisão quanto ao tratamento (ARAÚJO; NETO, 2014). Nesse sentido, seguiu-se a tendência de identificação de “diferentes etiologias, graus de severidade e características específicas ou não usuais” (SCHMIDT; BOSA, 2003, p. 3) que vinha desde a elaboração do DSM-IV até a configuração encontrada no momento desta pesquisa no DSM-5.

A maior celeridade no estabelecimento de um diagnóstico revela-se salutar tanto para o diagnosticado (VINIC, 2011) quanto para os seus familiares (FARRUGIA, 2009; REIS; GOMES, 2016; COSTA, 2012), havendo, evidentemente, diferenças no grau de aceitação e relação comportamental conforme o caso (COSTA, 2012). De

qualquer forma, fica evidente que há as mais variadas matizes de estigmatização que podem acometer o portador de TEA.

A questão de maior escopo do TEA se torna, portanto, motivo complicador da constatação de uma epidemia diagnóstica. Segundo Klin (2006), o fato de ter se tornado um espectro (ou seja, escopo maior de transtornos sob o diagnóstico de TEA), a maior conscientização a respeito dos casos e sintomas e a identificação da Síndrome de Asperger, em que não há propriamente retardo mental, são as possíveis causas para uma taxa maior de prevalência de TEA. Snedden (2010) aponta para um aumento de 544% no período de 1992 a 2000 no número de diagnósticos de crianças portadoras de TEA. Ainda assim, há certa preocupação na comunidade científica e na sociedade civil com o aumento ou diminuição exponenciais das taxas de prevalência e a sua possível raiz na atualização do DSM-5 (SNEDDEN, 2010; CAREY, 2012).

Este trabalho de pesquisa serve ao intuito de tentar compreender o fenômeno da representação do portador de TEA na grande imprensa, inclusive em matéria de ausência de tal representação no noticiário. A referência a estudos realizados em países em desenvolvimento também pode servir como fator de alarme para tendências que podem ainda se alastrar no Brasil, se isso ainda não tiver ocorrido. A própria Organização Mundial da Saúde não conta com números precisos sobre os diagnósticos de TEA em países em desenvolvimento (mais especificamente, no original, “*low and middle-income countries*”), o que dificulta qualquer constatação mais acurada de uma epidemia diagnóstica nas regiões com sistemas de saúde mais precários, mas, ainda assim, revela aumento da prevalência do TEA em escala mundial (WHO, 2017). No Brasil, os números são escassos, mas há estudos que trabalham com a estimativa de 1 milhão e meio de autistas (REIS; GOMES, 2016).

Além disso, a par da possibilidade de estigma sentido por parte não só dos portadores de TEA, mas de seus pais (FARRUGIA, 2009), analisamos em que medida o material pesquisado ratifica de alguma forma tal estigma, sempre considerando o papel de ator social da imprensa como um todo (UNESCO, 2010); *i.e.*, é plausível atribuir à cobertura analisada no presente trabalho certa responsabilidade pela eventual ratificação de determinados estigmas vivenciados por portadores de TEA, assim como descrito por Farrugia (2009) e Gracia-Ballafuy e Almudévar (2014).

A preocupação com uma imprensa que abarque temas relacionados à inclusão de minorias e portadores de transtornos e deficiência pode ser, inclusive, constatada no rol de principais áreas de políticas que devem ser priorizadas pela mídia,

no item no topo da lista, “questões de impacto no desenvolvimento” (CASTELLS, 2015, p. 113-114), além da supracitada exigência de retratar a “diversidade da sociedade”, sendo que “a diversidade social possui várias facetas: gênero, idade, raça, etnicidade, casta, idioma, crença religiosa, capacidade física, orientação sexual, renda e classe social etc.” (UNESCO, 2010, p. 35), de modo que compreendemos o TEA como integrante desse rol e digno de contemplação razoável por parte da mídia e meios de imprensa.

Um retrato justo, razoável e fidedigno dos portadores de TEA por parte da imprensa se faz imprescindível na medida em que tais pacientes já convivem com uma série de conflitos das mais variadas ordens, como a não aceitação por parte das famílias direta e externa (COSTA, 2012), por exemplo, sem contar a questão escolar, a qual conta com uma discrepância de atendimentos voltados a esse público.

No diagnóstico do TEA, o domínio psicológico e o domínio físico do transtorno podem ter pesos iguais, já que se afetam mutuamente (COSTA, 2012), o que torna o potencial de amplitude das pautas na imprensa muito grande no que tange o diálogo entre ambos os domínios, característica que poderia unificar pautas mais voltadas a comportamento com aquelas com foco em questões diretamente mais físicas e clínicas.

Considerando que a sociedade contemporânea tem a mídia como principal meio de comunicação, bem como considera que ela pode influenciar as suas decisões de formas que levam o seu próprio acesso às posições de poder do Estado, este estudo se faz necessário para que o conhecimento sobre o autismo na sociedade seja amplamente divulgado, porém, sem os resquícios do estigma. (CASTELLS, 2015).

Metodologia

Realizamos pesquisa sistemática de meios de imprensa de grande disseminação no país, a saber: três revistas de circulação nacional (*Veja*; *Istoé*; e *Época*) no período que compreende todo o ano de 2016 e os quatro primeiros meses de 2017. Como contraponto à agenda escolhida, verificamos também o site *Movimento Todos pela Educação*, que possui clipping diário sobre vários temas envolvendo a educação.

As peças jornalísticas qualificadas para inclusão no escopo deste estudo contavam com um ou mais dos seguintes termos: a) transtorno do espectro autista; b) autismo; ou c) o acrônimo “TEA”, todos *ipsis litteris* como palavra-chave.

Para a abordagem qualitativa dos dados será realizada a análise de conteúdo de Laurence Bardin que se caracteriza por um conjunto de técnicas

de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/percepção destas mensagens (BARDIN, 2006).

Appolinário (2012) ratifica a fala de Bardin (2006) afirmando que:

a) organiza-se o texto destacando e numerando cada fala do(s) sujeito (s), cada uma dessas falas recebe o nome de unidade de registro; b) as unidades de registro devem ser analisadas e classificadas de acordo com o seu conteúdo e o resultado é denominado unidade de contexto; c) a terceira etapa do processo consiste na categorização das unidades de registros, de acordo com uma análise semântica; d) mapeando-se as inter-relações entre as diversas categorias, podem ser obtidos esquemas que revelam a articulação que servirá de base à interpretação teórica do material; e) finalmente, procede-se à interpretação dos esquemas, comparando-os com os referenciais teóricos desejados ou mesmo produzindo-se uma nova teoria a partir dos esquemas obtidos. (APPOLINÁRIO, 2012, p.165)

A revista *Veja* na sua versão online foi eleita por ser considerada de maior circulação no Estado de São Paulo. Também efetuamos busca em outras duas revistas de grande circulação nacional, *Istoé* e *Época*, cujo acervo foi consultado em visita à Hemeroteca de São Paulo. Como contraponto à nossa pesquisa realizamos busca em website totalmente direcionado ao tema educação que faz parte do *Movimento Todos Pela Educação*, instituição de cunho progressista que leva a bandeira de apartidário e plural. O website possui um processo de clipping que busca na mídia temas voltados à área da educação e mantém um banco de dados relativamente vasto. Segundo informações do website, o *Movimento Todos Pela Educação* preza pela garantia do direito de uma educação de qualidade, bem como acompanha os avanços do Plano Nacional da Educação Brasileira.

O transtorno do espectro autista na imprensa brasileira

Os dados levantados no acervo online da *Veja* foram bem sucintos, sendo que nenhum deles abordou a questão do estigma propriamente dito, mas apenas o reforçou, na medida em que 66,66% dos textos tratavam do caso de médicos que associavam a doença a vacinas ou até mesmo ao uso de transgênicos, falácia que foi desmascarada posteriormente. Isso causa o que Bordieu (1983) chama de “violência simbólica”, suave e insensível com as suas próprias vítimas e exercida essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento; na verdade, do desconhecimento. Os dados

completos da pesquisa podem ser fornecidos mediante contato com os autores.

Sendo assim, é possível constatar neste caso a omissão do Estado enquanto órgão regulador, por permitir tal violência simbólica nas práticas de comunicação. Subentende-se que a mídia constitui espaço no qual as relações de poder são decididas entre atores políticos e sociais, porém, o veículo no qual essas relações acontecem, *i.e.*, a mídia, não é neutro conforme esperado. Constatamos um percentual de 33,33% de questões voltadas ao infotimento, que amplia o escopo do consumismo a toda a esfera social e política na medida em que a notícia se mistura a serviços a serem consumidos, bem como ratifica-se o posicionamento burguês (CASTELLS, 2015; ADORNO, 1990).

Verificamos o interesse nos homens apenas enquanto consumidores ou empregados, conforme Adorno (1990, p. 8): “[...] a indústria cultural reduz a humanidade [...], assim como cada um de seus elementos, às condições que representam seus interesses. [...] Aliada à ideologia capitalista, e sua cúmplice, a indústria cultural contribui [...] para falsificar as relações entre os homens”. As palavras de Adorno ratificam o impedimento de progresso da dominação técnica, onde há certo impedimento no sentido de os indivíduos serem autônomos e capazes de julgar conscientemente, logo, não parece ser interessante ter uma sociedade que não possa ser manipulada.

Após coleta de dados no website *Movimento Todos pela Educação* (os dados completos da pesquisa podem ser fornecidos mediante contato com os autores), verificamos que 30% das matérias envolvem abordagens sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma vez que em 2015 em diante houve crescente percentual de candidatos que se autodeclararam portadores de TEA.

O maior índice percentual (39,13%) trata de interação social na educação sob a perspectiva inclusiva. Em uma das reportagens houve uma atividade de sensibilização por parte dos estudantes para que a sociedade realmente faça a inclusão desses alunos.

A Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2015a), atendendo aos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) e ao propósito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (BRASIL, 2015b).

Para a realização do direito das pessoas com deficiência à educação, o artigo 24 da CDPD (BRASIL, 2015b) estabelece que estas não devem ser excluídas do sistema regular de ensino sob alegação de deficiência, mas terem acesso a uma educação inclusiva, em igualdade

de condições com os demais, na comunidade em que vivem e terem garantidas as adaptações razoáveis de acordo com suas necessidades individuais, no contexto do ensino regular, efetivando-se, assim, medidas de apoio em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

Conforme as diretrizes estabelecidas pela referida Lei nº 12.764/2012, no artigo 2º, o processo educacional é compreendido a partir da concepção de intersetorialidade das políticas de atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, de participação da comunidade e de incentivo à formação dos profissionais.

No que tange temas voltados às famílias dos autistas, 17% das matérias e artigos trazem temas voltados a reivindicações das famílias para que o autista tenha direito a ensino educacional especializado e não seja excluído em classes hospitalares. Apenas 8,62% das notícias da pesquisa trazem o tema específico do estigma e tratam sobre a precipitação dos diagnósticos na escola. Relvas (2015) enfatiza que há uma prática pedagógica muito centrada no diagnóstico médico que resulta em negligenciar os potenciais dos alunos, que são tidos como indivíduos marcados por um defeito orgânico ou funcional.

Sobre esses três itens categorizados Canela explica que “é preciso recordar que há dois princípios na Constituição brasileira que são básicos: o caráter público e universal da educação como um dever do Estado e [...] e o direito público universal à saúde” (CANELA 2015, p. 79), além de recordar a respeito da obrigatoriedade de atendimento “todas as famílias afetadas por diferentes graus de vulnerabilidades, como pessoas com deficiência ou pessoa que sofreram diversas privações” (*Ibid.*, p.79).

O ponto menos partilhado foi a falta de políticas públicas para a implementação da Lei de Inclusão especificamente voltada a autistas, com 4,34% dos textos, percentual que corrobora o cenário político atual que é justamente o de desconstrução das políticas públicas, conforme amplamente noticiado nos mais diversos órgãos da imprensa. Portanto, ainda que compartilhem das análises que apontam os contundentes problemas regulatórios envolvendo a *mass media*, discutidas sob o viés das políticas públicas de comunicação, sustentamos que a mídia noticiosa “tradicional” pode e deve desempenhar um papel central nos processos de desenvolvimento das nações e, por conseguinte, na garantia dos direitos de crianças e adolescentes (*Idem*, 2015).

No Brasil, o debate nacional em torno das políticas públicas de comunicação não logrou até o momento mudar a equação de poder advinda do regime militar, diferentemente do que ocorreu em outros países em que o processo de

democratização se traduziu em mudança estrutural da mídia (BRITTOS; BOLAÑO, 2008).

Canela (2015) menciona que ao abordar que ao tratar a diversidade somente como tema especial, separadamente, é reforçada a ideia de que as diferenças devem ser abordadas de forma distinta e não inclusiva.

A ausência de políticas públicas que consideram a diversidade, as lacunas na sua concepção ou as falhas na sua implementação, estão relacionadas ao agravamento das desigualdades. Apenas aqueles que podem transmitir suas mensagens aos cidadãos como um todo têm a oportunidade de influenciá-los, daí a justificativa de que a mídia não é neutra.

Nos semanários objeto da presente pesquisa, constatamos certa tendência de as pautas da área da saúde se concentrarem em pouquíssimos temas de abrangência nacional. Não obstante, no período estudado houve pelo menos três episódios agravantes de grande relevância e impacto, a saber, respectivamente, por ordem de magnitude: todo o clima de incerteza e emergência que se desenvolveu com a questão do *Aedes aegypti*, vírus da dengue, chikungunya, zika e a eventual correlação com a microcefalia; o ressurgimento da febre amarela em diversos estados da federação; e um possível ressurgimento intenso da H1N1, esta coberta apenas pela *Istoé*.

Além disso, fica evidente que um dos temas mais recorrentes é o câncer e suas áreas de desenvolvimento e pesquisa. Entre o material conferido, 13 textos com o câncer como principal assunto foram encontrados, considerando apenas *Época* e *Istoé*.

No caso da revista *Época*, há grande quantidade de pautas sobre AIDS/HIV, DSTs e HPV, principalmente devido à colaboração de Jairo Bouer, quem, ainda que assine como psiquiatra, não conta com qualquer texto sobre transtornos mentais, TEA, TDAH, ou bipolaridade.

Constatamos que no que tange áreas de contato com a psiquiatria, as pautas costumam pender para a neurociência e/ou neurologia; ou seja, há um forte traço de caracterização de avanços na saúde na forma de uma ciência não totalmente compreensível ao leitor, como fronteira de desbravamento da mente humana, com viés tecnicista. Esse último aspecto, inclusive, pode ser facilmente notado na presença de artes e ilustrações elaboradas do sistema nervoso, sendo que, de modo geral, tais visuais denotam forte característica tridimensional e com cores e sombreamentos estilizados em tons de azul e branco.

Não obstante, as matérias encontradas nos semanários na nossa pesquisa não só se ausentam na abordagem ao TEA nas pautas ligadas à neurologia, como não é raro elas destacarem a complexidade do cérebro ao leitor, como no

exemplo abaixo, o qual reúne todos os principais traços que costumam povoar os textos relacionados à saúde mental nos semanários, a saber: gráfico tridimensional; a figura do especialista em destaque; box para resumir as informações primárias e/ou principais avanços científicos em pauta; e a palavra “cérebro” como objeto do título.

Figura 1 – “O novo mapa do cérebro”, artigo da *Istoé*



Fonte: Revista *Istoé*, 27 jul. 2016.

Inclusive, se nota que o termo “cérebro” é o grande chamariz para que o leitor saiba de que tipo de texto se trata: no período do material coletado, três artigos e/ou matérias da *Istoé* que rotulamos como pertinentes à área da neurociência continham o vocábulo “cérebro” no título ou subtítulo.

Todavia, o exemplo da Figura 1 é notório por representar a única ocorrência do termo “autismo” encontrada na nossa pesquisa nos semanários supracitados. Ela ocorre no primeiro parágrafo da seção que se inicia com o subtítulo “Como na astronomia” e coloca o autismo (e não o TEA, que se note) em grau de equivalência com o Mal de Alzheimer, a esquizofrenia e demências (esta que, curiosamente, são todas abarcadas pelo termo sem artigo definido).

Estes são, portanto, traços na cobertura jornalística que ratificam o desenvolvimento de um “processo hermenêutico” de recepção, tal qual explanado por Thompson (2012, p. 68-72). As características em comum encontradas nesta pesquisa corroboram para isso, na medida em que, ainda que a recepção esteja involucrada com o repertório de experiências pessoais de cada um, por exemplo, é possível constatar um grupo de signos e mensagens que, graças à sua frequência e intensidade, se fazem sentir por um determinado grupo de leitores, quase como em *continuum* no caso do assinante que, de fato,

consome tal material semana a semana, por exemplo, em um “processo gradual de inculcação” (*Ibid.*, p. 69).

Se no caso da *Época* há foco notório em AIDS/HIV, na *Istoé*, para além dos casos de urgência excepcionais já citados que permearam o noticiário ao longo do período, constatamos um grande número de matérias sobre câncer e neurociência. Mais especificamente, foram encontrados seis artigos e matérias abordando o câncer; e dez abordando algum assunto da área da neurociência.

Vale citar que nos periódicos consultados não são mencionados instrumentos de avaliação de comportamentos e habilidades de cognição social (VINIC, 2011, p. 26), por exemplo, o que, do ponto de vista do jornalismo especializado, representa uma lacuna significativa a ser preenchida.

Evidentemente, há um esforço de desconstrução de uma imagem estereotipada do autismo desenvolvida por décadas por produtos televisivos e de cinema, como frisam Safran (1998), Smith (1999), Nelson (1999), mas esse debate passa ao longe da grande imprensa formulada pelos três principais semanários do país, como foi possível depreender do observado supra.

Considerações finais

Ao trazer esta análise e reflexão embasada em bibliografia peculiar à temática do TEA, com enfoques que vão do tratamento dado ao tema na mídia aos aspectos sociais, passando por questões voltadas ao consumo deste público, ao enfoque escolar, este artigo buscou traçar algumas reflexões e indicar caminhos para o estudo mais aprofundado sobre o autismo e o estigma que estes indivíduos sofrem juntamente com seus familiares. Constatamos, por conseguinte, que este público carece de uma melhor representação midiática.

Se constatamos que a cobertura aqui contemplada não dá conta de boas práticas de apuração, representação, etc., com relação às pautas envolvendo o TEA, fica a questão com relação à presença ou não de indicadores-chave que demonstrem que tal mídia atende às necessidades deste determinado grupo da sociedade, aquele de portadores de TEA, principalmente no que diz respeito às práticas empregatícias (UNESCO, 2010, p. 36).

Ao fim e ao cabo, entendemos os veículos de imprensa como atores na função social de aprimorar a qualidade de vida daqueles acometidos não só por TEA, mas qualquer outro transtorno, que, em vista da eventual impossibilidade atual de se

ver livre de tal transtorno, saiba lidar melhor com tal condição (CASTELLS, 2015; MINAYO *et al*, 2000; UNESCO, 2010).

Referências

ADORNO, Theodor W. **Adorno**: vida e obra. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1990.

APPOLINARIO, Fabio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática de pesquisa. São Paulo: Cengage, 2012.

ARAÚJO, Álvaro Cabral; NETO, Francisco Lotufo. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. nº 1, vol. XVI, p. 67-82, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Orientação para a implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2015a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília: Ministério da Saúde, 2015b.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 6 jun. 2017.

BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César. TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural. *In*: Congresso Latinoamericano de Investigación de la Comunicación (ALAIIC). **Anais eletrônicos**: México, 2008. Disponível em: <http://ftp.jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/TV_Publica_politicas_de_com._e_democratizacao.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016.

CANELA, Guilherme. **Políticas sociais e os desafios para o jornalismo**. 1ª ed. São Paulo:

Cortez, 2008.

CAREY, Benedict. New definition of autism will exclude many, study suggest. **New York Times**, Nova Iorque, 19 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/01/20/health/research/new-autism-definition-would-exclude-many-study-suggests.html>>. Acesso em 5 jun. 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FARRUGIA, David. Exploring stigma: medical knowledge and the stigmatisation of parents of children diagnosed with autism spectrum disorder. University of Melbourne. **Sociology of Health & Illness**, vol. 31 n. 7 2009, pp. 1011–1027.

GRACIA-BALLAFUY, María; ALMUDEVAR, Mariano. **Autismo, estigma y exclusión**. Asociación Autismo Huesca. San Sebastián, 2014.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo: [s.n.], 2006.

MERTEN, Eva Charlotte; CWIK, Jan Christopher; MARGRAF, Jürgen; SCHNEIDER, Silvia. Overdiagnosis of mental disorders in children and adolescents (in developed countries). **Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health**, 2017, 11:5.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira, Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(1), pp. 7-18, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>>. Acesso em 15 maio, 2017.

NELSON, Jack A. **The disabled, the media and the information age**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 1994.

SAFRAN, Stephen P. Disability portrayal in film: reflecting the past, directing the future. **Council for Exceptional Children**, v. 64, nº 2, 1998, p. 227-238.

SCHMIDT, Carlo; BOSA, Cleonice. A investigação do impacto do autismo na família: revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo. **Interação em psicologia**, 2003, 7(2), p. 111-120. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/download/3229/2591>>. Acesso em 15 maio, 2017.

SMITH, Claude J. Finding a warm place for someone we know: the cultural appeal of recent mental patient and asylum films. **Journal of Popular Film and Television**, v. 27, nº 1, 1999.

SNEDDEN, Robert. **Explaining autism**. Minnesota: Smart Apple Media, 2009.